

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.736.269
Preferenciais	44.206.287
Total	102.942.556
Em Tesouraria	
Ordinárias	57.400
Preferenciais	80.500
Total	137.900

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	02/10/2018	Ordinária		0,01125
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	02/10/2018	Preferencial		0,19372

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	5.668.777	5.374.288
1.01	Ativo Circulante	3.514.355	3.380.092
1.01.01	Disponibilidades	13.316	1.642
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	860.484	720.075
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	860.484	720.075
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	502.551	482.263
1.01.03.01	Carteira Própria	146.665	128.146
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	348.906	346.825
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.980	7.292
1.01.04	Relações Interfinanceiras	143.836	175.525
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	143.836	175.525
1.01.06	Operações de Crédito	1.889.320	1.840.951
1.01.06.01	Setor Privado	1.909.746	1.865.037
1.01.06.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	2.967	4.576
1.01.06.03	(Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa)	-23.393	-28.662
1.01.08	Outros Créditos	91.068	144.439
1.01.08.02	Diversos	91.101	141.634
1.01.08.03	Rendas a Receber	0	3.069
1.01.08.04	(Provisão p/ Outros Créditos Liquid. Duvidosa)	-33	-264
1.01.09	Outros Valores e Bens	13.780	15.197
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	7.642	9.455
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-2.158	-2.537
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	8.296	8.279
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.145.477	1.986.253
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	21.709	10.527
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	21.709	10.527
1.02.05	Operações de Crédito	1.956.236	1.712.644
1.02.05.01	Setor Privado	2.004.587	1.759.109
1.02.05.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.329	4.056
1.02.05.03	(Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa)	-49.680	-50.521
1.02.07	Outros Créditos	166.216	262.273
1.02.07.01	Diversos	166.310	262.273
1.02.07.02	(Provisão p/ Outros Créditos Liquid. Duvidosa)	-94	0
1.02.08	Outros Valores e Bens	1.316	809
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	1.316	809
1.03	Ativo Permanente	8.945	7.943
1.03.01	Investimentos	751	751
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.308	1.308
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-557	-557
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.069	5.957
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	14.924	12.986
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-7.855	-7.029
1.03.04	Intangível	1.125	1.235
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	3.195	2.993
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-2.070	-1.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	5.668.777	5.374.288
2.01	Passivo Circulante	2.190.758	954.543
2.01.01	Depósitos	2.029.487	817.510
2.01.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.029.487	817.510
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	21.487	27.541
2.01.07.01	BNDES	808	831
2.01.07.02	FINAME	20.679	26.710
2.01.09	Outras Obrigações	139.784	109.492
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos	1.106	853
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	14.583	14.998
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	18.563	10.086
2.01.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	53.166	30.751
2.01.09.06	Diversos	52.366	52.804
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.572.045	3.550.478
2.02.01	Depósitos	2.402.627	3.278.675
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.402.627	3.278.675
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	12.074	27.485
2.02.07.01	BNDES	1.863	2.285
2.02.07.02	FINAME	10.211	25.200
2.02.09	Outras Obrigações	157.344	244.318
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	16.863	59.917
2.02.09.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	106.432	136.266
2.02.09.03	Diversos	34.049	48.135
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	19.612	18.263
2.05	Patrimônio Líquido	886.362	851.004
2.05.01	Capital Social Realizado	423.430	400.030
2.05.01.01	De Domiciliados no País	399.901	377.404
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	23.529	22.626
2.05.02	Reservas de Capital	3.462	4.169
2.05.02.01	Reservas de Capital	4.099	4.251
2.05.02.02	Outras Reservas de Capital - Ações em Tesouraria	-637	-82
2.05.04	Reservas de Lucro	447.176	446.805
2.05.04.01	Legal	63.100	61.450
2.05.04.02	Estatutária	384.076	385.355
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	12.294	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	159.363	459.721	177.936	497.253
3.01.01	Operações de Crédito	144.308	378.932	206.474	492.956
3.01.02	Resultado de Operações com T.V.M.	19.277	54.114	22.290	66.653
3.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	-10.367	3.722	-65.034	-115.680
3.01.04	Oper. Venda ou Transferência Ativos Financeiros	6.145	22.953	14.206	53.324
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-79.591	-231.074	-79.221	-282.001
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-74.658	-215.947	-85.493	-274.076
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-455	-3.152	-769	-4.093
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-4.242	-11.165	7.526	-2.091
3.02.05	Oper. Venda ou Transferência Ativos Financeiros	-236	-810	-485	-1.741
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	79.772	228.647	98.715	215.252
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-56.330	-154.793	-92.483	-166.044
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	10.465	34.510	10.902	28.538
3.04.02	Despesas de Pessoal	-30.223	-86.639	-26.049	-74.469
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-18.343	-51.851	-17.381	-47.647
3.04.04	Despesas Tributárias	-4.984	-15.701	-5.492	-16.636
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.360	5.472	1.444	9.613
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-14.605	-40.584	-55.907	-65.443
3.05	Resultado Operacional	23.442	73.854	6.232	49.208
3.06	Resultado Não Operacional	-451	-869	34.130	33.415
3.06.01	Receitas	1.214	1.378	35.135	35.920
3.06.02	Despesas	-1.665	-2.247	-1.005	-2.505
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	22.991	72.985	40.362	82.623
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-9.429	-24.149	-17.724	-33.927
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-6.372	-16.179	-8.634	-20.448
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-5.374	-13.632	-7.236	-17.262
3.08.03	Créditos Trib. I. Renda e C. Social	2.317	5.662	-1.854	3.783
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.268	-3.554	-1.004	-3.284

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.10.01	Participações	-1.268	-3.554	-1.004	-3.284
3.10.01.01	Empregados	-1.268	-3.554	-1.004	-3.284
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	12.294	45.282	21.634	45.412
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,11958	0,44047	0,20984	0,44046

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	12.294	45.282	21.634	45.412
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.294	45.282	21.634	45.412

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	162.588	-214.151
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.507	61.847
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	45.282	45.412
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.316	1.314
6.01.01.03	Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	11.165	2.091
6.01.01.04	Ajustes Provisão Passivos Contingentes	11.944	13.644
6.01.01.05	Ajuste de Atualização de Depósito Judicial	-200	-614
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	93.081	-275.998
6.01.02.01	(Aum.) Red. em Títulos e Vlrs. Mobiliários	-31.470	-195.332
6.01.02.03	(Aum.) Red. Operações de Créditos	-303.127	-450.379
6.01.02.04	(Aum.) Red. Outros Créditos	148.553	111.406
6.01.02.05	(Aum.) Red. Outros Valores e Bens	-524	94
6.01.02.06	Aum. (Red.) Depósitos	335.929	202.023
6.01.02.08	Aum. (Red.) Obrig Empréstimos e Repasses	-21.465	-31.530
6.01.02.09	Aum. (Red.) Instr. Financeiros Derivativos	-7.419	101.646
6.01.02.10	Aum. (Red.) Outras Obrigações	-40.573	100.836
6.01.02.11	Aum. (Red.) Resultado Exercícios Futuros	1.349	3.857
6.01.02.12	Pagamento de I. de Renda e C. Social	-19.861	-38.516
6.01.02.13	Relações interfinanceiras	31.689	-80.103
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	193	-5.825
6.02.01	Aquisição de bens não de uso próprio	-5.421	-14.803
6.02.02	Aquisição de imobilizados de uso	-2.139	-736
6.02.03	Aplicações no Intangível	-201	-751
6.02.04	Alienação de Intangível	0	19
6.02.05	Alienação de bens não de uso próprio	6.855	9.200
6.02.07	Alienação de imobilizado de uso	24	446
6.02.08	Dividendos recebidos	1.075	800
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.698	-8.288
6.03.01	Dividendos e Juros s/ cap. próprio pagos	-9.991	-7.825
6.03.02	Aquisição de Ações Próprias	-707	-463
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	152.083	-228.264
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	721.717	790.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	873.800	562.026

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	400.030	4.169	0	446.805	0	0	851.004
5.03	Saldo Ajustado	400.030	4.169	0	446.805	0	0	851.004
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	45.282	0	45.282
5.05	Destinações	0	0	0	23.771	-32.988	0	-9.217
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-9.217	0	-9.217
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	23.771	-23.771	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	23.400	0	0	-23.400	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-707	0	0	0	0	-707
5.13	Saldo Final	423.430	3.462	0	447.176	12.294	0	886.362

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	387.830	4.738	0	412.191	0	0	804.759
5.03	Saldo Ajustado	387.830	4.738	0	412.191	0	0	804.759
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	45.412	0	45.412
5.05	Destinações	0	0	0	15.688	-23.778	0	-8.090
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-8.090	0	-8.090
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	15.688	-15.688	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	12.200	0	0	-12.200	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-463	0	0	0	0	-463
5.13	Saldo Final	400.030	4.275	0	415.679	21.634	0	841.618

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	487.669	626.858
7.01.01	Intermediação Financeira	459.721	557.383
7.01.02	Prestação de Serviços	34.510	28.538
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11.165	-2.091
7.01.04	Outras	4.603	43.028
7.01.04.01	Outras Receitas Operacionais	5.472	9.613
7.01.04.02	Resultado não operacional	-869	33.415
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-219.909	-278.406
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-85.413	-168.075
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.702	-2.957
7.03.02	Serviços de Terceiros	-82.711	-165.118
7.04	Valor Adicionado Bruto	182.347	180.377
7.05	Retenções	-1.316	-1.314
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.316	-1.314
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	181.031	179.063
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	181.031	179.063
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	181.031	179.063
7.09.01	Pessoal	77.351	66.835
7.09.01.01	Remuneração Direta	58.383	50.465
7.09.01.02	Benefícios	14.416	12.261
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.552	4.109
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	52.692	61.481
7.09.02.01	Federais	50.612	59.751
7.09.02.02	Estaduais	4	0
7.09.02.03	Municipais	2.076	1.730
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.706	5.335
7.09.03.01	Aluguéis	5.706	5.301
7.09.03.02	Outras	0	34
7.09.03.02.01	Doações Filantrópicas	0	34
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	45.282	45.412
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.217	8.090
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.065	37.322

Comentário do Desempenho

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
CNPJ/MF Nº 17.167.412/0001-13
- CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04.03.1.955 -
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações trimestrais da **FINANCEIRA ALFA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) relativas aos trimestre findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Informações Trimestrais, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no trimestre. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

1. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do Período

O lucro líquido da Companhia atingiu no trimestre R\$ 12.294 mil (30/09/2017 R\$ 21.634 mil) e no período de nove meses R\$ 45.282 mil (30/09/2017 R\$ 45.412 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 7,16% (30/09/2017 7,45%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 851.004 mil (30/09/2017 R\$ 820.101 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 440,47 (30/09/2017 R\$ 440,45).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 886.362 mil ao final do período (30/09/2017 R\$ 841.618 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 8.621,81 (30/09/2017 R\$ 8.162,90) no período.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 20,47% ao final do período (31/12/2017 20,35%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 18/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 423.430 mil, mediante incorporação de reservas de lucros.

Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 4.472.748 mil na data do balanço (31/12/2017 R\$ 4.165.227 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 4.432.114 mil (31/12/2017 R\$ 4.096.185 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 33.561 mil (31/12/2017 R\$ 55.026 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R\$ 7.073 mil (31/12/2017 R\$ 14.016 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 5.668.777 mil ao final do período (31/12/2017 R\$ 5.374.288 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 524.260 mil na data do balanço (31/12/2017 R\$ 492.790 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria “títulos para negociação”.

A carteira de crédito, incluindo relações interfinanceiras de R\$ 143.836 mil (31/12/2017 R\$ 175.525) e o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” no montante de R\$ 55.882 mil (31/12/2017 R\$ 158.749 mil, também positivo), conforme Carta Circular do Bacen nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 4.184.322 mil ao final do período (31/12/2017 R\$ 4.040.920 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 39.943 mil (31/12/2017 R\$ 49.181 mil), correspondente a 1,00% (31/12/2017 1,33%) da carteira total.

Comentário do Desempenho

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 73.200 mil (31/12/2017 R\$ 79.447 mil), representando 1,84% (31/12/2017 2,14%) do total da carteira de crédito, 48,77% (31/12/2017 61,07%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

3. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

4. DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Informações Trimestrais da **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos**, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

5. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 08 de novembro de 2018, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 08 de novembro de 2018.

DIRETORIA

Rubens Bution
Diretor Presidente

DIRETORES

Antonio José Ambrozano Neto	Fabio Alberto Amorosino
Fabiano Siqueira de Oliveira	Pedro Elias Dabbur

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
Presidente

CONSELHEIROS

Humberto Mourão de Carvalho	Luiz Alves Paes de Barros
-----------------------------	---------------------------

Notas Explicativas

EM MILHARES DE REAIS

01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Atividade e estrutura do Grupo

A **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Financeiro Alfa é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado:

- Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se trata de empresa financeira);
- Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos;
- Banco Alfa S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Financeira Alfa S.A., possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa), Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

Notas Explicativas

b) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas Informações Trimestrais foram concluídas em 07/11/2018 e aprovadas pelo Conselho Fiscal em 08/11/2018.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às Informações Trimestrais de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

b.1) Reclassificação para fins de comparabilidade:

A partir do 3º trimestre de 2018 a Financeira Alfa S.A. efetuou a reclassificação das operações realizadas junto às empresas participantes do sistema de liquidação e arranjo de pagamentos (títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de risco e benefícios), até então registradas no grupo de “Outros Créditos – Diversos”, para o grupo “Relações Interfinanceiras”.

Seguem abaixo as reclassificações efetuadas em 31/12/2017 no Balanço Patrimonial visando permitir a comparabilidade das informações trimestrais:

	Balanço Patrimonial			
	31/12/2017	Reclassificação	31/12/2017	30/09/2018
Outros Créditos - Diversos	579.432	(175.525)	403.907	257.411
Relações Interfinanceiras	-	175.525	175.525	143.836

Notas Explicativas

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

b) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo : Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares Bacen nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 4b e 15). A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 5 letras “c” e “d”).

c) Títulos e Valores Mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda;
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias, I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

Notas Explicativas

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgada por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são classificados de acordo com sua natureza em:

- **Hedge de Risco de Mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. A Companhia não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (“hedge”) com natureza de “hedge de fluxo de caixa”.

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, classificados como “Hedge de Risco de Mercado”, tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

As operações de crédito designadas para hedge risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhece-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (“hedge”), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas

e) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros:

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN no. 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de “Operações de Crédito – Vinculadas à Cessão”. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica “Outras Obrigações – Diversas – Obrigações por Operações Vinculadas à Cessão”, e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações.

As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no Ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica “Operações de Crédito”, mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados.

f) Ativo Permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do Imobilizado de Uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: Veículos e Processamento de Dados 20%, Móveis e Utensílios e Instalações 10% e ;
- Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

g) Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo : São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Impostos e Contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169, de 06/10/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b).

i) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das Informações Trimestrais da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Informações Trimestrais. As principais aplicações do semestre de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota nº 5d);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 15);
- Ativos tributários diferidos (vide nota nº 8b); e
- Passivos contingentes (vide nota nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das Informações Trimestrais e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

Notas Explicativas

j) Ativos e Passivos Contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos Contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos Contingentes – Fiscais e Previdenciárias, Cíveis e Trabalhistas (nota nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

k) Moeda funcional e de apresentação: As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as Informações Trimestrais expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

03. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	860.484	720.075
- de Ligadas	860.484	720.075
Total - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	860.484	720.075

A Companhia possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresa do Conglomerado Financeiro com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/10/2018.

04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Carteira Própria - Livres:		
Letras Financeiras do Tesouro	146.665	128.146
Vinculados a Prestação de Garantias:		
Letras Financeiras do Tesouro	348.906	346.825
TOTAL - Títulos e Valores Mobiliários	495.571	474.971
Swaps – Diferencial a Receber (nota 15d)	28.689	17.819
TOTAL – Instrumentos Financeiros Derivativos	28.689	17.819
TOTAL GERAL	524.260	492.790

b) Classificação de Títulos e Valores Mobiliários por Categoria e Vencimento:

	<u>90 a 360</u> <u>dias</u>	<u>361 a 1.080</u> <u>dias</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Títulos para Negociação				
Letras Financeiras do Tesouro (i)	194.647	300.924	495.571	474.971
Títulos e Valores Mobiliários	194.647	300.924	495.571	474.971
% Concentração por Prazo	39,3%	60,7%	100,0%	

Notas Explicativas

- “**Títulos para Negociação**”: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(i) O ajuste positivo dos Títulos para Negociação no montante de R\$ 165 (31/12/2017 R\$ 246 positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 495.406 (31/12/2017 R\$ 474.725) e de mercado R\$ 495.571 (31/12/2017 R\$ 474.971), foi registrado sob o título “Resultado com Títulos e Valores Mobiliários”.

Os títulos privados são custodiados na B3 e os títulos públicos no SELIC.

c) Composição dos Títulos vinculados a prestação de garantias:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	341.783	338.265
Títulos dados em garantia em ações judiciais	7.123	8.560
Total	348.906	346.825

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:

Setores de Atividade:	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Rural	7.000	0,2	6.588	0,2
Indústria	41.774	1,0	39.209	1,1
Comércio	476.992	12,0	509.041	13,7
Instituições Financeiras	116.833	2,9	221.324	6,0
Outros Serviços	255.520	6,4	232.460	6,3
Pessoas Físicas	3.086.485	77,5	2.698.024	72,7
Total da Carteira	3.984.604	100,0	3.706.646	100,0
Empréstimos	2.329.422	58,5	1.828.429	49,3
Financiamentos	1.529.029	38,3	1.636.968	44,2
Operações de crédito vinculados à cessão	4.296	0,1	8.632	0,2
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	113.845	2,9	219.951	5,9
Outros Créditos (nota 6)	8.012	0,2	12.666	0,4
Total da Carteira	3.984.604	100,0	3.706.646	100,0
Ajuste ao valor mercado - Item Objeto Hedge	55.882		158.749	
Relações Interfinanceiras (*)	143.836		175.525	
Total Global	4.184.322		4.040.920	

(*) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de riscos e benefícios.

b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

Parcelas por Faixas de Vencimento:	<u>30/09/2018</u>				<u>31/12/2017</u>			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
A vencer								
- até 180 dias	1.271.022	9.703	1.280.725	32,1	1.277.288	12.299	1.289.587	37,4
- de 181 a 360 dias	685.549	6.404	691.953	17,4	655.801	7.999	663.800	17,5
- acima de 360 dias	1.988.090	16.727	2.004.817	50,3	1.724.376	16.644	1.741.020	44,8
Total Vincendas	3.944.661	32.834	3.977.495	99,8	3.657.465	36.942	3.694.407	99,7
Vencidas								
- até 60 dias	-	2.455	2.455	0,1	-	4.011	4.011	0,1
- de 61 a 180 dias	-	3.079	3.079	0,1	-	5.663	5.663	0,1
- acima de 180 dias	-	1.575	1.575	-	-	2.565	2.565	0,1
Total Vencidas	-	7.109	7.109	0,2	-	12.239	12.239	0,3
Total da Carteira	3.944.661	39.943	3.984.604	100,0	3.657.465	49.181	3.706.646	100,0

Notas Explicativas

c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	30/09/2018					31/12/2017				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	(*)			Mínima		(*)			Mínima	
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
AA	1.283.698	-	1.283.698	-	-	384.203	-	384.203	-	-
A	490.482	-	490.482	2.452	2.452	3.060.278	-	3.060.278	15.301	28.900
B	2.123.607	5.814	2.129.421	21.294	35.135	154.943	7.136	162.079	1.621	4.862
C	17.342	7.880	25.222	757	2.121	19.577	7.103	26.680	800	2.665
D	16.938	5.315	22.253	2.225	6.665	25.436	6.191	31.627	3.163	9.485
E	4.991	3.528	8.519	2.556	4.259	6.439	4.905	11.344	3.403	5.671
F	4.923	3.211	8.134	4.067	5.693	2.585	5.982	8.567	4.284	5.996
G	446	2.958	3.404	2.383	3.404	532	3.182	3.714	2.600	3.714
H	2.234	11.237	13.471	13.471	13.471	3.472	14.682	18.154	18.154	18.154
Total	3.944.661	39.943	3.984.604	49.205	73.200	3.657.465	49.181	3.706.646	49.326	79.447

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	Acumulado em 30 de setembro	
	2018	2017
Saldo inicial no período	79.447	97.552
Complemento líquido de reversão	11.165	(2.091)
Baixas líquidas dos valores recuperados	(17.412)	(17.334)
Saldo final no período	73.200	78.127

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R\$ 73.200 (31/12/2017 R\$ 79.447), correspondente a 1,84% (31/12/2017 2,14%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” e as relações interfinanceiras. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

No período de nove meses foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 21.050 (2017 R\$ 27.185), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 10.318 (2017 R\$ 12.602). O saldo das operações renegociadas era de R\$ 42.904 (31/12/2017 R\$ 57.281) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

Notas Explicativas

e) Cessão de Crédito

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 “e” destas Informações Trimestrais.

O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período, perfaz o montante de R\$ 6.719 (31/12/2017 R\$ 13.092), tendo sido reconhecida no período receita de juros para estas operações o montante de R\$ 1.255 (2017 R\$ 2.670), e estão registradas na Demonstração de Resultado sob a rubrica “Receitas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 7.073 (31/12/2017 R\$ 14.016), tendo sido apropriadas no período despesas de juros no montante de R\$ 810 (2017 R\$ 1.741) registrado na rubrica “Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ 66 (31/12/2017 R\$ 77).

A partir de Novembro/2016 a Companhia vem realizando cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada (aquisição). O volume de transação destas operações até 30/09/2018 corresponde a R\$ 470.368 (31/12/2017 R\$ 500.413), registrada em conta adequada do Ativo, na rubrica “Operações de Crédito”, tendo sido reconhecidas no período de nove meses receitas no montante de R\$ 64.343 (2017 R\$ 22.649) registradas na rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

06. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (*)	113.845	219.951
Créditos tributários	68.622	103.375
Depósitos judiciais	42.074	41.845
Prêmio na venda de operações de crédito - Ligadas	14.544	12.511
Carteira de crédito - recursos em trânsito	8.389	10.905
Títulos e créditos a receber	8.012	12.666
Tributos antecipados	85	2.040
Outros créditos	1.840	614
Total	<u>257.411</u>	<u>403.907</u>

(*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de coobrigação junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08.

Notas Explicativas

07. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

08. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Acumulado em 30 de Setembro	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	69.431	79.339
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(31.244)	(35.703)
Efeito no cálculo dos tributos:	7.095	1.776
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(5.011)	(8.072)
Créditos Amortizados para Prejuízo	(12)	156
Juros sobre o capital próprio	4.148	3.641
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.804	8.741
Contingências Fiscais e Trabalhistas	(579)	(6.571)
Obrigações Fiscais Diferidas	(80)	1.164
Ativo Fiscal Diferido	5.662	2.619
Outros valores	163	98
Imposto de renda e contribuição social	(24.149)	(33.927)
Sendo		
Impostos correntes	(29.731)	(37.710)
Impostos diferidos	5.582	3.783
Despesa Contabilizada	(24.149)	(33.927)

(*) Vide nota explicativa nº 2h.

b) Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/2017	Constituição	Realização	30/09/2018
Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	13.281	8.536	(6.136)	15.681
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	31.778	13.888	(16.380)	29.286
Créditos Amortizados para Prejuízo	7.548	3.309	(3.299)	7.558
Outros Créditos Tributários	4.634	5.643	(4.666)	5.611
Derivativos	46.134	78.127 (*)	(113.775) (*)	10.486
Total - Crédito Tributário Ativo	103.375	109.503	(144.256)	68.622
Derivativos	(57.752)	(24.567) (*)	64.981 (*)	(17.338)
Outros	(882)	(89)	9	(962)
Total - Obrigações Fiscais Diferidas	(58.634)	(24.656)	64.990	(18.300)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	44.741			50.322
% sobre Patrimônio Líquido	5,3%			5,7%

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2018, estimou que a realização do Crédito Tributário Ativo ocorrerá na seguinte proporção:

Realização					
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano
32%	36%	15%	10%	5%	2%

Na data base de 30/06/2018 o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic é de R\$ 40.319 (31/12/2017 R\$ 36.821). Os créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas não ativados em 30/09/2018, referentes a majoração da alíquota da CSLL, totalizavam R\$ 2.019 (31/12/2017 R\$ 10.868).

09. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

a) Composição dos Recursos Captados:

	30/09/2018	31/12/2017
Depósitos Interfinanceiros	4.432.114	4.096.185
Obrigações por Repasses – País	33.561	55.026
Obrigações por Venda de Ativos Financeiros (nota 5e)	7.073	14.016
Total – Recursos Captados	4.472.748	4.165.227

b) Composição de Recursos Captados por prazos de vencimento:

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 30/09/2018
Depósitos Interfinanceiros	213.823	1.815.664	2.384.179	18.448	4.432.114
Obrigações por Repasses (i)	6.211	15.276	10.967	1.107	33.561
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	1.328	3.464	2.281	-	7.073
Total de Captações	221.362	1.834.404	2.397.427	19.555	4.472.748
% Concentração por Prazo	5,0%	41,0%	53,6%	0,4%	100,0%

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2017
Depósitos Interfinanceiros	392.196	425.314	3.252.043	26.632	4.096.185
Obrigações por Repasses (i)	7.381	20.160	25.537	1.948	55.026
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	1.944	4.862	7.210	-	14.016
Total de Captações	401.521	450.336	3.284.790	28.580	4.165.227
% Concentração por Prazo	9,6%	10,8%	78,9%	0,7%	100,0%

Os recursos captados no País para repasses a clientes possuem as seguintes características:

- i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 08/06/2022 indexados à taxa pré-fixada que variam de 7,79% a 17,50% a.a. e pós-fixada indexado em 100,00% a 109,00% do CDI;
- ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,10% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,70% a 1,96 a.a. mais SELIC, Operações de FINAME com vencimentos até 17/07/2023 à taxa pós-fixada de 0,90% até 2,10% a.a. mais TJLP, à taxa pós-fixada 4,25% a.a. mais TLP-IPC, à taxa pós-fixada de 1,40% até 2,34% mais SELIC e pré-fixada de 0,80% até 19,79% a.a., garantidas por contratos.

Notas Explicativas

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

a) Fiscais e Previdenciárias:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	12.988	3.356
Impostos e contribuições a recolher	4.138	8.013
Provisões para impostos e contribuições diferidos (*)	18.300	58.634
Total	<u>35.426</u>	<u>70.003</u>

(*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8 “b”);

b) Diversas:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões de pessoal e administrativa	22.089	31.139
Contingência trabalhista (nota 11)	33.333	31.678
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	16.117	14.869
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	7.073	14.016
Contingências Fiscais (nota 11)	4.889	4.672
Contingência cível (nota 11)	980	1.290
Credores diversos	1.934	3.275
Total	<u>86.415</u>	<u>100.939</u>

11. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e		
	<u>Previdenciárias (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Cíveis (c)</u>
Saldo inicial em 01/01/2018	4.672	31.678	1.290
(+) Complemento de provisão	53	15.708 (*)	534
(+) Atualização de provisão	177	-	-
(-) Baixa por pagamento	-	(9.695) (**)	(690)
(-) Baixa por reversão	(13)	(4.358)	(154)
Saldo final em 30/09/2018	<u>4.889</u>	<u>33.333</u>	<u>980</u>

(*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.

(**) Refere-se basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica “Provisão para Contingências” do grupo “Outras Obrigações - Diversas”.

Notas Explicativas

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 4.707 (31/12/2017 R\$ 4.613).

A Companhia deixou de divulgar a contingência referente à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante à base de cálculo do PIS, para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas das instituições financeiras, e não apenas sobre suas receitas de prestação de serviços, em razão da adesão ao PERT em 31/08/2017 e consequente pagamento dos débitos nos termos do referido programa.

A Companhia deixou de divulgar a contingência referente ao ISS Prefeitura de São Paulo (autos de infração para cobrança de ISS sobre valores registrados em diversas contas contábeis sob alegação de se tratar de receitas de prestação de serviços) em razão da reavaliação do risco, realizada por nossos assessores legais, o qual deixou de ser classificado como perda possível passando a perda remota.

b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “Provisão para Passivos Contingentes” do grupo “Outras Obrigações – Diversas”, no exigível a longo prazo (vide nota nº 10 “b”).

As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 20.519 (31/12/2017 R\$ 23.193) na data destas Informações Trimestrais.

c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica “Outras Obrigações - Diversas” (vide nota nº 10 “b”). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 5.068 (31/12/2017 R\$ 6.215) na data destas Informações Trimestrais, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Está dividido em 58.736.269 de ações ordinárias e 44.206.287 de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 18/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 423.430, mediante incorporação de reservas de lucros.

b) Dividendos: O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

Notas Explicativas

c) Reservas de Lucros:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reserva legal	63.100	61.450
Reservas estatutárias - aumento de capital	311.243	314.734
Reservas estatutárias - dividendos	72.833	70.621
Total	<u>447.176</u>	<u>446.805</u>

d) Ações em Tesouraria - Programa de Recompra de Ações:

d1. O Programa de Recompra de Ações da FASA, iniciado em 15/06/2016, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/11/2017, com o cancelamento, sem redução do capital social, de 300.000 ações ordinárias e 237.600 ações preferenciais recompradas no âmbito do referido Programa, dentro as quais 259.400 ações ordinárias e 152.400 ações preferenciais já haviam sido canceladas em 09/03/2017, perfazendo um total de R\$ 1.841. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 400.030, passa a ser dividido em 102.976.956 (ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.742.969 ordinárias e 44.233.987 preferenciais, inconversíveis em ordinárias. O prazo para execução do Programa era de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

d2. Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, 13 de novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para cancelamento, no valor total de até R\$ 3.430, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 500.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/03/2018 foi autorizado o cancelamento de 53.400 ações ordinárias e 27.700 ações preferenciais, que se encontravam em tesouraria em 28/02/2018, recompradas no âmbito do Programa de Recompra de Ações. Em função do cancelamento e das compras de ações, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 423.430, dividido em 102.942.556 ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 ações ordinárias e 44.206.287 ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias. Durante o período de nove meses foram adquiridas e permanecem em tesouraria 57.400 ações ordinárias e 80.500 ações preferenciais, no montante de R\$ 637.

O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 3,25, R\$ 3,95 e R\$ 4,13 respectivamente e por ação PN é de R\$ 4,40, R\$ 4,85 e R\$ 4,96 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30 de setembro de 2018, era de R\$ 4,13 por ação ON e R\$ 5,64 por ação PN.

Notas Explicativas

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017	Acumulado 30 de Setembro	
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	2018 Receitas (Despesas)	2017 Receitas (Despesas)
Disponibilidades	11.643	1.323	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	11.643	1.323	-	-
Banco Alfa S.A.	11.643	1.323	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	(2.958.828)	(2.982.527)	(129.484)	(213.906)
- Outras partes relacionadas (1)	(3.571.630)	(3.376.109)	(184.691)	(233.927)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(855.361)	(825.824)	(40.805)	(65.235)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(2.716.269)	(2.550.285)	(143.886)	(168.692)
Aquisição de ativos financeiros	114.406	221.324	23.360	53.684
- Outras partes relacionadas (2)	114.406	221.324	23.360	53.684
Banco Alfa S.A.	114.406	221.324	23.360	53.684
- Outras partes relacionadas (3)	612.802	393.582	55.207	20.021
Banco Alfa S.A.	612.802	393.582	55.207	20.021
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(4.703)	(3.963)	(5.533)	(4.662)
- Controladora	(2.011)	(1.433)	(2.365)	(1.685)
Alfa Holdings S.A.	(168)	(2)	(198)	(2)
Consortio Alfa de Administração S.A.	(168)	(2)	(197)	(2)
Corumbal Participações e Administração	(1.675)	(1.429)	(1.970)	(1.681)
- Outras partes relacionadas	-	(3)	-	(4)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.692)	(2.527)	(3.168)	(2.973)
Outras transações (4)	(429)	(355)	(7.639)	(6.728)
- Outras partes relacionadas	(429)	(355)	(7.639)	(6.728)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	-	-	(2)	(4)
Banco Alfa S.A.	(104)	(86)	(3)	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(325)	(269)	-	-
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	(21)	-
Metro Dados Ltda.	-	-	-	(807)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(1.677)	(2.026)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(859)	(116)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(5.077)	(3.775)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 113.845 (31/12/2017 R\$ 219.951) e realizadas na vigência da Circular BACEN nº 2.568, de 04/05/1995, no montante de R\$ 561 (31/12/2017 R\$ 1.373).

(3) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

(4) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.

Notas Explicativas

b) Remuneração dos Administradores:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No período de nove meses, o montante registrado foi de R\$ 7.299 (2017 R\$ 7.194) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

b.1) Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de setembro de 2018: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações 16,786%.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado Financeiro Alfa. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoantes às diretrizes estabelecidas pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

Risco de mercado - O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (*Value at Risk*) definidos pelo comitê de gestão de risco de mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de fator de decaimento (lâmbda) de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução BACEN nº 4.193 de 01/03/2013, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.281, de

Notas Explicativas

31/10/2013. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Risco de liquidez - O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento à Resolução BACEN nº 4.090, de 24/05/2012, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade.

Risco de crédito - é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- (a) Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sobre posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- (b) Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, obrigações ou operações de natureza semelhante.
- (c) De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve em conformidade com as disposições do Art. 3º da Resolução BACEN nº 3.721, de 30/04/2009, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

O Conglomerado Financeiro Alfa visando maior celeridade no processo de concessão de crédito utiliza-se, no segmento de varejo, na empresa Financeira Alfa S.A-CFI, de modelos estatísticos para avaliação do risco de crédito, o qual, aprovado pelo comitê de crédito e primando pela prudência que caracteriza a forma de atuar do Conglomerado Financeiro Alfa, busca coletar informações que permitam avaliar caráter, idoneidade e histórico positivo de crédito, geração de renda, estabilidade profissional e outras informações externas disponíveis. Este modelo está em constante evolução com vistas a capturar o maior número de informações relevantes para permitir segurança na concessão de crédito. No segmento de atacado, as operações de crédito são analisadas individualmente no comitê de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa e se baseiam em um profundo conhecimento das atividades, situação patrimonial e financeira dos clientes e seu histórico de crédito.

Risco operacional - A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, conceituados na Resolução BACEN nº 3.380, de 29/06/2006, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito, e a consequente

Notas Explicativas

adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de gestão de riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao comitê de controles de risco operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Conforme disposto no Artigo 18 da Circular BACEN nº 3.678 de 31/10/2013, com as alterações da redação dada pela Circular BACEN nº 3.716, de 21/08/2014, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos para negociação	6.827	9.171
Instrumentos Financeiros Derivativos para Hedge de valor justo	(137.736)	(158.369)
TOTAL	(130.909)	(149.198)
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	6.980	7.292
Ativo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	21.709	10.527
Passivo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	(53.166)	(30.751)
Passivo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	(106.432)	(136.266)
TOTAL	(130.909)	(149.198)

Notas Explicativas**b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:**

	30/09/2018			31/12/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	101.981	164.446	169.692	177.744	263.481	275.396
Mercado Interfinanceiro	92.737	167.317	167.317	159.844	276.143	276.143
Posição Ativa	194.718	331.763	337.009	337.588	539.624	551.539
Pré	92.737	167.597	171.046	159.844	269.195	277.562
Mercado Interfinanceiro	101.981	159.136	159.136	177.744	264.806	264.806
Posição Passiva	194.718	326.733	330.182	337.588	534.001	542.368
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	5.030	6.827	-	5.623	9.171

c) Instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de valor justo:

	30/09/2018			31/12/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Mercado Interfinanceiro	2.826.716	3.239.553	3.239.553	2.236.937	2.671.892	2.671.892
Posição Ativa	2.826.716	3.239.553	3.239.553	2.236.937	2.671.892	2.671.892
Pré	2.826.716	3.336.588	3.377.289	2.236.937	2.695.995	2.830.261
Posição Passiva	2.826.716	3.336.588	3.377.289	2.236.937	2.695.995	2.830.261
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	(97.035)	(137.736)	-	(24.103)	(158.369)

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	30/09/2018			31/12/2017		
	Ativo - Saldo a Receber			Ativo - Saldo a Receber		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	13.054	15.635	28.689	17.013	806	17.819
TOTAL	13.054	15.635	28.689	17.013	806	17.819

	30/09/2018			31/12/2017		
	Passivo - Saldo a Pagar			Passivo - Saldo a Pagar		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(6.227)	(153.371)	(159.598)	(7.842)	(159.175)	(167.017)
TOTAL	(6.227)	(153.371)	(159.598)	(7.842)	(159.175)	(167.017)

e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:**Ativo****Negociação:**

	30/09/2018					31/12/2017				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	1.609	4.971	6.272	202	13.054	1.706	4.818	9.635	854	17.013

Hedge de valor justo:

	30/09/2018					31/12/2017				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	25	375	2.770	12.465	15.635	670	98	-	38	806
Total	1.634	5.346	9.042	12.667	28.689	2.376	4.916	9.635	892	17.819

Notas Explicativas**Passivo****Negociação:**

	30/09/2018					31/12/2017				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	(949)	(2.556)	(2.378)	(344)	(6.227)	(691)	(2.553)	(3.670)	(928)	(7.842)

Hedge de valor justo:

	30/09/2018					31/12/2017				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	(11.894)	(37.767)	(72.119)	(31.591)	(153.371)	(3.142)	(24.365)	(75.479)	(56.189)	(159.175)
Total	(12.843)	(40.323)	(74.497)	(31.935)	(159.598)	(3.833)	(26.918)	(79.149)	(57.117)	(167.017)

f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	Acumulado em 30 de setembro					
	2018			2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	365	3.357	3.722	775	(116.455)	(115.680)
TOTAL	365	3.357	3.722	775	(116.455)	(115.680)

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste positivo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	Acumulado em 30 de setembro					
	2018			2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(1.751)	93.565	91.814	(3.544)	(94.041)	(97.585)
TOTAL	(1.751)	93.565	91.814	(3.544)	(94.041)	(97.585)

Contabilidade de "Hedge": A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge".

h) Análise de Sensibilidade: Em conformidade com a instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão na data-base destas Informações Trimestrais; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

Notas Explicativas**30/09/2018**

<u>Exposição</u>	<u>MTM - Exposição</u>	<u>Estresse - Alfa</u>	<u>Deterioração de 25%</u>	<u>Deterioração de 50%</u>
		<u>cenário (a)</u>	<u>cenário (b)</u>	<u>cenário (c)</u>
Pré-fixada	709.003	(15.489)	(18.842)	(35.427)

31/12/2017

<u>Exposição</u>	<u>MTM - Exposição</u>	<u>Estresse - Alfa</u>	<u>Deterioração de 25%</u>	<u>Deterioração de 50%</u>
		<u>cenário (a)</u>	<u>cenário (b)</u>	<u>cenário (c)</u>
Pré-fixada	1.214.867	(15.298)	(17.668)	(34.238)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Outras Despesas Administrativas:**

	<u>Acumulado em 30 de Setembro</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Processamento de dados	(18.392)	(16.075)
Serviços técnicos especializados	(6.119)	(6.738)
Aluguéis	(5.706)	(5.301)
Serviços do sistema financeiro	(5.180)	(4.002)
Serviços de terceiros	(3.977)	(3.632)
Comunicações	(2.050)	(2.348)
Promoções e relações públicas	(1.849)	(1.500)
Viagem	(1.556)	(1.674)
Propaganda e publicidade	(1.459)	(984)
Depreciação e amortização	(1.316)	(1.314)
Manutenção e conservação de bens	(864)	(1.083)
Água, energia e gás	(334)	(303)
Outras despesas administrativas	(3.049)	(2.693)
Total	(51.851)	(47.647)

b) Outras Receitas Operacionais:

	<u>Acumulado em 30 de Setembro</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reversão de provisão para contingências trabalhista	1.825	3.835
Dividendos e juros sobre o capital recebidos	1.075	800
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	974	1.590
Receita com portabilidade de crédito	726	641
Dividendos prescritos	442	400
Reversão de provisão fiscal	-	1.520
Recuperação de tributos	276	233
Reversão de provisão para ações cíveis	154	533
Outras rendas operacionais	-	61
Total	5.472	9.613

Notas Explicativas

c) Outras Despesas Operacionais:

	Acumulado em 30 de Setembro	
	2018	2017
Contingências trabalhistas (*)	(13.175)	(17.178)
Prêmio de Operações de Vendas - Ligadas	(9.136)	(2.628)
Comissões	(5.130)	(5.373)
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(4.974)	(3.829)
Despesas com créditos inadimplentes	(1.467)	(1.935)
Contingências cíveis (*)	(534)	(349)
Atualização de Tributos e complemento para provisão para contingências Fiscais	(217)	(754)
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) (*)	-	(30.937)
Outras despesas operacionais (**)	(5.951)	(2.460)
Total	(40.584)	(65.443)

(*) Em 2017 a Companhia efetuou a adesão ao PERT, foram liquidadas contingências fiscais e registrado no resultado do trimestre uma despesa total de R\$ 30.937 que, acrescida dos honorários advocatícios, totalizava R\$ 18.356, líquida dos efeitos tributários.

(**) Inclui, basicamente despesas com indenizações trabalhistas e cíveis.

d) Resultado não Operacional:

	Acumulado em 30 de Setembro	
	2018	2017
Baixa do Ativo Permanente	(15)	(461)
Lucro na alienação de investimentos (*)	-	34.699
Lucro na alienação de valores e bens	159	480
Prejuízo na alienação de valores e bens	(1.442)	(781)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	380	(523)
Outras receitas / despesas não operacionais	49	1
Total	(869)	33.415

(*) Venda de 100% das ações VISA Inc., registradas no “Ativo Permanente – Outros Investimentos”.

e) Contratação de Seguros:

O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possa acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 74.755 (31/12/2017 R\$ 75.160) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2017 R\$ 6.000) e R\$ 2.000 (31/12/2017 R\$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa.

f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (stock options) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

g) A Medida Provisória nº 675, de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

h) Índice de Capital

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de setembro de 2018, atingiu índice de capital de 20,47% (31/12/2017 24,35%) calculado a partir do conceito de “Consolidado Prudencial”, nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2018, que equivale a 10,5% (PR 8,625% + ACP 1,875%).

	Prudencial (1)	
	30/09/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência – Nível I	2.369.260	2.318.115
Capital Principal	2.369.260	2.318.115
Patrimônio Líquido	2.407.983	2.351.429
(-) Ajustes Prudenciais	(38.723)	(33.314)
Patrimônio de Referência (PR)	2.369.260	2.318.115
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	11.576.512	11.390.309
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	9.425.195	9.659.730
Risco de Mercado	952.108	652.222
Risco Operacional	1.199.209	1.078.357
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	998.474	1.053.604
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	217.060	142.379
Índice de Basileia	20,47%	20,35%
Capital de Nível I	20,47%	20,35%
Capital Principal	20,47%	20,35%

(1) Conforme a Resolução nº 4.278 de 31/10/2013, a partir da data-base de janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de “Consolidado Prudencial”.

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30 de junho de 2018, o Índice de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 16,46 % (31/12/2017 15,36%).

Ajuste Prudencial: Em atendimento a Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial.

A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

Notas Explicativas

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
No início do período	721.717	790.290
Disponibilidade	1.642	3.045
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	720.075	787.245
No final do período	<u>873.800</u>	<u>562.026</u>
Disponibilidade	13.316	7.708
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	860.484	554.318
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>152.083</u>	<u>(228.264)</u>

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

18. INFORMAÇÕES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através da Circular nº 1.273 de 29/12/1987 (COSIF). A Resolução CMN nº 3.786 de 24/09/2009 e as Circulares BACEN nº 3.472 de 27/10/2009 e nº 3.516 de 02/12/2010 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Conforme estabelecido na resolução do CMN, a Companhia divulgou em seu “website”, em março de 2018, suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016 preparadas de acordo com o IFRS. A Administração acredita que as diferenças entre o lucro líquido e o patrimônio líquido para 30 de setembro de 2018 não são significativamente diferentes, quanto à sua natureza ou seus valores, das apresentadas na reconciliação de 31 de dezembro de 2017, divulgada nas demonstrações financeiras em IFRS e não incorporadas nestas informações trimestrais.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CONTADORA
CRC 1SP 232.846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de novembro de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001 13 e NIRE 35 3 0004818 1

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Data: 08 de novembro de 2018. Horário: 10h30min. Local: Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, São Paulo - SP.

O Conselho Fiscal, em reunião com a presença de seus membros abaixo assinados, analisou as Informações Trimestrais da Sociedade contidas nos balancetes dos meses de julho, agosto e setembro de 2018, na forma do artigo 163, item VI da Lei de Sociedades por Ações, e mandou consignar em ata sua concordância com referidas informações.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Ailton Carlos Canette

Antonio Celso Amaral Salles

Luiz Gonzaga Ramos Schubert

Rogério Rey Betti

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF n.º 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais contidas nos balancetes dos meses de julho, agosto e setembro de 2018, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo, 08 de novembro de 2018.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF n.º 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais contidas nos balancetes dos meses de julho, agosto e setembro de 2018, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo, 08 de novembro de 2018.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor